

PENSAMENTO BRASILEIRO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ITINERÁRIOS DESDE A REDEMOCRATIZAÇÃO (1985-2022)

DOI: 10.12957/synthesis.2022.70875

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA*

Resumo: O ensaio parte da ideia de que haveria um pensamento condutor da política externa e guia da diplomacia brasileira, o que nem sempre correspondeu à realidade, seja a partir de sua formulação e execução, no plano estatal, seja na sua elaboração e interpretação conceitual, no plano acadêmico. Mas o itinerário da política externa brasileira, na sua concepção original, e a sua aplicação prática, por meio da diplomacia, permitiram construir, ao longo do tempo, um conjunto de fundamentos conceituais e práticos que tornaram a atuação externa do Brasil admirada no mundo, pela solidez de suas posições e pela qualidade de seus representantes profissionais. O ensaio, portanto, questiona a existência de um “pensamento internacional brasileiro”, para depois estender-se sobre suas grandes etapas de desenvolvimento da política externa desde a redemocratização dos anos 1980 até a fase recente, quando ocorreu o que é provavelmente a maior ruptura nos padrões tradicionais, ou inovadores, da diplomacia nacional.

Palavras-chave: política externa; diplomacia brasileira; pensamento internacional; Itamaraty; rupturas e continuidades.

Brazilian thought in international relations: itineraries since the redemocratization (1985-2022)

Abstract: This essay starts by asking if there is a guiding thinking for the Brazilian foreign policy and its diplomacy, which was not always the case, either from its conception and implementation, at State level, either in its conceptualization, at academic level. The development of the Brazilian external policy, from its inception, and its practical application, by means of the professional diplomacy, were built upon a solid array of internationally recognized positions, including because of the quality of its diplomatic corporation. After that initial questioning, the essay follows the historical itinerary of the Brazilian foreign policy, up to the current situation, when a major discontinuity disrupted the traditional patterns of professional diplomacy.

Keywords: foreign policy; Brazilian diplomacy; international thinking; Itamaraty; continuities and discontinuities.

* Diplomata e Professor. Doutor em Ciências Sociais, Mestre em Planejamento Econômico.
E-mail: pralmeida@me.com

PANORAMA GERAL DO PENSAMENTO INTERNACIONAL DO BRASIL ATÉ O REGIME MILITAR

Não existem muitos trabalhos de síntese no campo do “pensamento internacional brasileiro”, embora o tema já tenha sido debatido na introdução metodológica (ALMEIDA, 2013, p. 15-38) a uma coletânea de biografias analíticas de grandes personagens vinculados, de modo lato, às relações internacionais do Brasil, obra que justamente recebeu como título *Pensamento diplomático brasileiro* (PIMENTEL, 2013). Esse “pensamento” pode evoluir, como de fato evoluiu, desde a construção do Estado independente, dois séculos atrás, até os dias atuais. Algumas outras tentativas de síntese analítica foram feitas, desde os anos 1990, mas cabe reconhecer a ausência de grandes esforços coletivos centrados justamente nessa temática do “pensamento”, a despeito de algumas tentativas nesse sentido (ALTEMANI-LESSA, 2006).

O “pensamento internacional” do Brasil está presente, ainda que implicitamente, na formação do Estado e na construção de uma ferramenta diplomática, em relatórios de ministros dos Negócios Estrangeiros à Assembleia Geral e em notas e pronunciamentos dos chanceleres. Até praticamente o final do século XIX, a política internacional do Brasil esteve limitada às questões regionais e de fronteiras e às relações com algumas grandes potências, sobretudo na vertente econômico-financeira. Na transição do Império para a República, o grande paradigma da política externa foi, indiscutivelmente, Paranhos Jr.: o Barão do Rio Branco ocupa um status próprio no pensamento, mas sobretudo nas posturas do Brasil no contexto regional, hemisférico e mundial, sendo uma espécie de “pai fundador” da diplomacia brasileira contemporânea.

A política internacional do Brasil começa na gestão Rio Branco, a partir da terceira conferência internacional americana no Rio de Janeiro, em 1906, seguida de nossa participação na segunda conferência internacional da paz, na Haia, em 1907; esse é o início da política multilateral do Brasil, como evidenciado na tese de doutoramento de Gelson Fonseca Jr. (2014), depois publicada em livro (2015). Muitos outros juristas, diplomatas, acadêmicos, políticos e profissionais liberais participaram desses momentos fundadores da política internacional do Brasil, dentre eles dois homens de Estado que se distinguiram, na doutrina e na ação prática, nessa construção. Rui Barbosa (CARDIM, 2007; BARBOSA, 1983) e Oswaldo Aranha (ARAÚJO, 1996; HILTON, 1994) incrementaram, cada qual ao seu estilo, algumas das bases conceituais da diplomacia brasileira, respectivamente na Velha República e na era Vargas.

Com base em diferentes aportes vindos do Império, agregados e ampliados no início da República – notadamente por Rio Branco e por Rui Barbosa – e, novamente, no curso do maior conflito global na história da humanidade, quando Oswaldo Aranha mobilizou o concurso de juristas e diplomatas para definir o melhor perfil e as escolhas que deveriam ser feitas pelo Brasil para manter a autonomia de ação do país numa guerra total entre duas grandes coalizões opostas, foi sendo construído o “pensamento” do Brasil na futura ordem internacional que estava sendo desenhada em Dumbarton Oaks (1944) e depois definida em San Francisco (1945). A partir de meados do século XX, a diplomacia brasileira, como enfatizou o embaixador Ricupero (2017), tem sido, basicamente, uma diplomacia do desenvolvimento, num contexto de grandes assimetrias internacionais; essa é a marca da principal prioridade da política externa, assim como tem sido a da produção intelectual no campo das relações internacionais do país, em especial no estudo de sua política externa.

Já na República de 1946, esses fundamentos foram propiciados sobretudo por Afonso Arinos de Melo Franco (GUIMARÃES, 2013) e por San Tiago Dantas (FRANCO, 2007; FONSECA JR., 2011a; 2013), ambos inextricavelmente vinculados à chamada Política Externa Independente, que passou a ser uma espécie de *communis opinio* não só da corporação diplomática, mas dos condutores da política externa desde o início dos anos 1960; ela foi parcialmente “submergida” durante a fase inicial da ditadura militar, mas praticamente restabelecida (sem o título) no segundo governo do regime.

Paradoxalmente, se existe um “pensamento internacional brasileiro”, aplicado à diplomacia e aos estudos e pesquisas desde então conduzidos de forma mais intensa pela comunidade acadêmica, esse pensamento se consolida e frutifica nos trabalhos de pesquisa durante a fase imediatamente preliminar ao regime militar e ao longo desse regime. A ditadura militar operou – independentemente de eventuais restrições políticas que se manifestavam mais no terreno da política prática do que no campo dos estudos – e consolidou uma espécie de “substituição de importações” no terreno acadêmico, pela estruturação e aparelhamento das universidades

federais, a partir de então dotadas de uma verdadeira comunidade epistêmica dos estudos na área internacional.

Até então, ademais de produtores independentes nesse terreno e de trabalhos de pesquisa e de síntese dos próprios diplomatas – consolidados em estudos clássicos desde o início do século XX, como em Oliveira Lima, Pandiá Calógeras, Hélio Vianna, José Honório Rodrigues, Delgado de Carvalho, Teixeira Soares e outros –, a única instituição existente nesse terreno era o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, fundado por estadistas e diplomatas no Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro em 1954; o IBRI deu início à mais antiga revista da área, a RBPI, *Revista Brasileira de Política Internacional* (1958), que funcionou no Rio de Janeiro até 1992, tendo depois sido transferida, ao abrigo da recriação do próprio IBRI, para Brasília, em 1993.

Até os anos 1960, os principais trabalhos acadêmicos em temas de relações internacionais, de política externa e de diplomacia brasileira eram realizados no âmbito dos cursos de Direito, de Economia, de Ciência Política ou de História, sem um vínculo com cursos específicos naquelas áreas. Não se pode, contudo, considerar a existência de um “pensamento internacional brasileiro” sem primeiro considerar um levantamento e um mergulho profundo no ensino e na prática do Direito Internacional Público, terreno ao qual estão ligados não apenas eminentes juristas, docentes em sua maior parte, mas também estudiosos ou homens públicos, que atuaram como procuradores, advogados da República, ministros ou consultores jurídicos do Itamaraty, que enriqueceram com seus aportes os fundamentos conceituais, não apenas jurídicos, da diplomacia brasileira, em sua expressão mais direta: a defesa dos interesses do Brasil nas instituições e nos tribunais internacionais. Juristas da qualidade de Rui Barbosa, Clóvis Beviláqua, Raul Fernandes, Hildebrando Accioly, Haroldo Valladão ou Vicente Marotta Rangel, entre vários outros jusinternacionalistas, fazem parte da doutrina e da ação da diplomacia, ao enfatizarem sempre a igualdade jurídica dos Estados, provavelmente o maior pilar do multilateralismo contemporâneo (GALINDO, 2021).

A partir dos anos 1970, com o retorno de pós-graduandos em instituições do exterior, com dissertações e teses defendidas nessas áreas, começaram a ser estruturados cursos específicos, em nível de graduação (UnB, 1974), ou já de pós-graduação (PUC-Rio, 1975), aquele com a colaboração de inúmeros diplomatas, tanto na docência, quanto na colaboração editorial e no oferecimento de textos-base. O Itamaraty tinha justamente criado, no início da década de 1970, a Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), com vistas a favorecer a cooperação com o mundo acadêmico, o que ainda foi reforçado, nas décadas seguintes, com a criação, nos anos 1980, do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), a partir de uma “tese” do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, pelo então conselheiro Gelson Fonseca Jr. (2011b). Não apenas com o intuito de divulgar a produção própria dos diplomatas – que são levados, no curso da carreira, a defenderem “teses” no quadro do Curso de Altos Estudos –, mas também acolhendo obras de acadêmicos e funcionários de órgãos de pesquisa oficiais, a Funag se converteu, ao longo dos anos, na maior editora de livros de relações internacionais do Brasil, com a peculiaridade que, a partir de certo momento, todas as obras, originalmente impressas, passaram igualmente a ficar disponíveis em sua Biblioteca Digital, que já acumula centenas de títulos, um aporte relevante para dezenas de cursos nesse campo de estudos em todo o Brasil e no exterior.

Antes de se tornar um dos diretores do IPRI, Carlos Henrique Cardim empreendeu, na condição de presidente do Conselho Editorial da Editora da UnB (de 1978 a 1983), um programa de traduções de textos clássicos e contemporâneos, pelos maiores especialistas da área, formulando igualmente convites para a presença pessoal dessas personalidades em colóquios internacionais que ele organizou com a colaboração de professores da UnB (CARDIM, 2017, p. 143-44). Em 1981, ainda no âmbito da UnB, tinha sido criado um Conselho Brasileiro de Relações Internacionais, cuja primeira reunião nacional congregou, à época, todos os programas de relações internacionais acadêmicos existentes no Brasil. O primeiro presidente do CBRI foi Hélio Jaguaribe, que, junto com Celso Lafer, pode ser considerado um dos patronos do estudo de relações internacionais no Brasil (JAGUARIBE, 2013; LAFER, 2018).

Uma das características funcionais da política externa brasileira sob o regime militar foi uma interação bastante ativa entre soldados e diplomatas – os personagens por excelência das relações internacionais, na visão de Raymond Aron –, na medida em que as duas corporações

apresentam diversas similaridades de comportamento, como consagrado nos princípios da hierarquia e da disciplina; em nenhuma outra época da trajetória diplomática do Brasil tantos diplomatas de carreira ocuparam o cargo de chanceler, e isso também se refletiu numa espécie de “pensamento internacional” que de certa forma influenciou até a historiografia e as análises de ciência política dedicadas às duas décadas do regime. Mas falar em “pensamento”, nesse contexto, implicaria necessariamente partir de certa homogeneidade de conceitos e de formulações gerais nos planos dos princípios e valores aplicados na frente externa, que mantenham certa consistência com as articulações políticas e diplomáticas durante mais de um governo, apresentando, portanto, certa estabilidade temporal e suficiente coerência interna para justificar essa designação. Em outros termos, significaria haver um corpo harmônico de ideias, ou um conjunto de princípios organizadores da política externa que possa ser reconhecido, interna e externamente, como representativo do Estado ou da nação, suscetível, portanto, de se apresentar sob essa roupagem de “pensamento”.

Nesse entendimento, dificilmente se poderia conceber a existência de um “pensamento internacional” uniforme ao longo de todo o período militar, inclusive porque os próprios diplomatas – que controlavam razoavelmente bem o funcionamento da diplomacia prática, com exceção daqueles temas-tabu do regime, geralmente ligados ao movimento comunista internacional e às guerrilhas –, com autorização expressa ou implícita dos generais-presidentes, se encarregavam de caracterizar cada um dos governos segundo rótulos próprios que acabaram sendo incorporados ao próprio trabalho da academia. Os diplomatas foram atores e, também, formuladores da política externa nessas duas décadas, ao assegurar certa continuidade de ideias e de posturas, antes, durante e depois da era militar, com nuances e matizes próprias a cada uma de suas fases, que foram diversas, tanto pela dinâmica interna do regime militar, como pelos influxos da agenda externa, regional e mundial.

Mas cabe reconhecer, igualmente, que os próprios militares também tinham seu manancial de ideias e princípios, e de posturas no plano externo, que alimentaram, domaram ou inflexionaram essa diplomacia profissional, seja diretamente (pelas suas lideranças sucessivas), seja indiretamente, por meio de suas instituições de ensino e de formação de oficiais superiores, como a Escola Superior de Guerra (aliás conhecida como “Sorbonne”), admitindo igualmente pessoal selecionado da sociedade civil. O fim do regime militar, em 1985, numa fase de recessão interna e de crise das dívidas externas da América Latina, também correspondeu ao início do desmantelamento do “socialismo realmente existente”, o que seria confirmado no final da década, pela queda do muro de Berlim (1989), seguida, pouco depois pelo fim da União Soviética. A China já tinha iniciado seu processo de reformas desde o início dessa década, dando a partida a uma nova fase de globalização da economia mundial, mas o gigante asiático só seria integrado ao Gatt-OMC muitos anos depois, em 2001.

Em todo caso, a segunda metade dos anos 1980 e a primeira metade da década seguinte correspondem a um ciclo de importantes mudanças econômicas, políticas e sociais no Brasil, com diferentes planos de estabilização macroeconômica, em geral mal sucedidos até o Plano Real, em 1994; é também a fase de explosão de cursos de relações internacionais nas universidades públicas e privadas, nos níveis de graduação e pós, com várias revistas surgidas nesse contexto: depois da *Contexto Internacional* (1985), vinculada ao Instituto de Relações Internacionais da PUC, foi o caso da revista *Política Externa* (1992), que se manteve atuante enquanto teve o apoio da Editora Paz e Terra.

2 DESENVOLVIMENTO DO CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA REDEMOCRATIZAÇÃO

Paralelamente ao retorno à democracia, e dando a partida a um novo processo de elaboração constitucional, tem início um redimensionamento e uma dinamização dos antigos esquemas de integração regional. Tomando distância dos arranjos estritamente plurilaterais dos antigos tratados de Montevideu de 1960 (Alalc) e de 1980 (Aladi), a Argentina, que tomou a iniciativa, e o Brasil adotam iniciativas no plano comercial que desembocariam na sub-regionalização desse processo. Já em 1986 os dois países concertam, bilateralmente, o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), por meio de duas dúzias de protocolos setoriais prevendo a redução tarifária de muitas linhas das respectivas pautas tarifárias; logo em seguida, em 1988, é assinado o Tratado de Integração Econômica bilateral, prevendo a criação de um mercado

comum – já chamado de Mercosul – em dez anos, mas sempre na base dos protocolos setoriais, prevendo um processo flexível e gradual.

Na presidência Fernando Collor de Mello (1990-92) são adotadas novas orientações, de abertura econômica e de liberalização comercial, que também coincidiam com o espírito liberal da presidência Carlos Saúl Menem, na Argentina, conjuntura na qual se procede a uma revisão metodológica no âmbito do Mercosul, com a adoção de ampla reforma tarifária no Brasil, mas que correspondeu à Tarifa Externa Comum do bloco, e a aceitação paralela dos novos temas na Rodada Uruguai do Gatt (investimentos, serviços, propriedade intelectual), ao mesmo tempo em que se aceitava uma revisão da política nuclear de recusa do TNP e, no plano interno, tinha início o processo de privatização de companhias estatais. Foi também o caso sob a presidência Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), quando se concluiu a alteração da política nuclear, no sentido da plena aceitação do TNP, e de diversos outros compromissos em geral alinhados com a postura globalizante do presidente.

No plano global, a segunda metade dos anos 1980 e a primeira metade da década seguinte corresponderam a dez anos que mudaram o mundo, não tanto o “fim da História”, como anunciado interrogativamente no artigo seminal de Francis Fukuyama, mas mais exatamente o fim do socialismo e o próprio fim da União Soviética, cataclismo mais tarde caracterizado pelo líder russo Vladimir Putin como a “maior tragédia geopolítica do século XX”. Em todo caso, o chamado “Ocidente” – quando esse conceito ainda fazia sentido – organizou-se rapidamente para acolher os países que se desligaram do socialismo real. As potências da OTAN e das organizações de Bretton Woods foram rápidas em criar diversos mecanismos para facilitar a transição dos ex-integrantes do império soviético às instituições e mecanismos típicos das economias de mercado. Os europeus, complementando o trabalho que já estavam fazendo o FMI e o Banco Mundial, criaram um Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) e até o bilionário George Soros criou filiais da sua Open University (apud Karl Popper) em algumas capitais do Leste europeu. Progressivamente a maior parte desses países passaram a integrar o Gatt-OMC, a OCDE e até a se candidatarem à União Europeia e à OTAN. O mundo já não mais seria como ele tinha sido nos 45 anos anteriores de Guerra Fria, quando Raymond Aron anunciou, acertadamente, que a paz era impossível, mas a guerra era improvável.

Muita coisa mudou na Europa e na Ásia – pois a China já estava em plena adaptação aos mecanismos das economias de mercado, mas bem menos na América Latina, que continuou sua alternância entre populismos de esquerda e direita, com alguns experimentos de neoliberalismo superficial aqui e ali. A diplomacia profissional do Itamaraty continuava a ser conservadoramente desenvolvimentista – a “ideologia” mais consistente dos diplomatas desde os anos 1950 – e bastante relutante em aceitar novos compromissos de abertura econômica ou de liberalização comercial. Os governos Collor e FHC levaram-na a admitir as mencionadas inovações na área da política nuclear e a incorporação cautelosa de novos compromissos em matéria de acordos comerciais (regionais e multilaterais, sobretudo). No plano regional ocorreu o esforço de dar prioridade à América do Sul, com a proposta de novos processos de integração física e de integração comercial, mas nenhum deles avançou de forma satisfatória, nem no imediato seguimento da democratização, nem nas décadas seguintes: a América Latina continuou perdendo espaços na economia global e no comércio internacional para os emergentes dinâmicos da Ásia Pacífico.

Não é seguro que tenha havido um “pensamento internacional brasileiro” que tenha sido conceitualmente ou metodologicamente expresso de forma coerente ao longo desses anos de globalização assimétrica. Se ele existiu, consistiu, provavelmente, numa síntese das tradições bem assentadas da diplomacia profissional com os mesmos impulsos doutrinários e os requerimentos práticos – segurança, desenvolvimento, autonomia, defesa da soberania, busca de espaços nos sistemas regional e internacional – que já eram predominantes no Itamaraty da era militar. O que ocorreu, de absolutamente significativo, foi uma explosão de novos cursos de relações internacionais e de especializações em nível de pós-graduação, em instituições privadas, sobretudo, mas igualmente públicas, o que criou um “mercado” para publicações nessa área, assim como uma espécie de “ágora” para os debates no setor.

Em 1985, justamente, teve início a publicação da revista *Contexto Internacional*, do programa de pós-graduação em relações internacionais do IRI-PUC-Rio, seguida em 1992, do

lançamento da revista *Política Externa*, mais vinculada aos pesquisadores da USP, onde já tinha começado a funcionar o NURI, o Núcleo de Relações Internacionais do Departamento de Ciência Política, dentro do qual foi concebida a *Carta Internacional*, o primeiro boletim regular de pequenos artigos conjunturais do setor (que passou a ser abrigada pela ABRI, a Associação Brasileira da área, a partir de 2006). Pouco depois, a mais antiga revista do setor, a *RBPI*, era transferida do Rio de Janeiro para Brasília, ganhando nova vida e características editoriais a partir de então. O crescimento da oferta de cursos e do “mercado” para novos professores e pesquisadores continuou de forma quase exponencial na década seguinte, com alguma estabilização a partir do novo milênio, mas nesse ponto os pesquisadores da área já tinham desenvolvido extensos vínculos domésticos e internacionais, construído núcleos mais ou menos sólidos de ensino e pesquisa pós-graduados e intensificado a produção de artigos e livros nesse universo, mas ainda basicamente em Português (o salto para o inglês só começaria verdadeiramente numa segunda fase).

3 OS GRANDES EIXOS DA PESQUISA E DAS ATIVIDADES DOCENTES NOS ANOS 1980-1990

Os grandes focos da produção especializada nesses anos se situaram nos terrenos da história e da ciência política, uma vez que direito e economia já tinham padrões próprios de produção científica, com métodos analíticos e abordagens já testados ao longo do tempo, com apenas um pequeno percentual de teses e dissertações concentradas na área internacional. Ao observar a bibliografia registrada a partir de meados dos anos 1980 até aproximadamente o início dos anos 2000, o que se nota é uma reavaliação tanto historiográfica quanto de ciência política das décadas precedentes, com destaque para a era Vargas e o regime militar. Há uma grande diversidade nos trabalhos produzidos, uma vez que programas de pesquisa estavam recém sendo estruturados, sem linhas definidas de trabalho: progressivamente foram sendo construídos os grandes eixos de pesquisa e produção científica, com destaque – não deveria ser surpresa – para os grandes temas tratados pela diplomacia profissional: relações regionais e processo de integração, relações com as grandes potências, em especial os Estados Unidos, o processo de globalização e as novas ferramentas das relações internacionais (com destaque para a OMC e as propostas de acordos minilateralistas), sem olvidar velhos e novos temas: questões geopolíticas, militares e de segurança, ademais da emergência dos assuntos mais recentes: meio ambiente, direitos humanos, racismo, minorias, etc.

Os velhos manuais dos anos 1950 e 60 – Delgado de Carvalho, Hélio Vianna, Pandiá Calógeras – foram sendo substituídos por novos aportes, com destaque para a obra conjunta de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, *História da Política Exterior do Brasil* (com diversas edições desde 1992). As editoras universitárias, assim como a Funag, desempenham um grande papel nesse trabalho de divulgação dos trabalhos mais impactantes, mas as editoras comerciais também começam a criar coleções de relações internacionais ou passam a publicar grandes títulos traduzidos, aprofundando o trabalho pioneiro que tinha sido feito pela Editora da UnB nos anos 1970 e 80. De certa forma, a produção universitária própria e sua divulgação ao grande público seguiu os grandes eixos de trabalho da diplomacia profissional, com uma explosão de títulos sobre o Mercosul e a integração nos anos 1990, ademais das novas características do sistema internacional desses anos, a globalização e a década das grandes conferências, como apresentadas no livro do diplomata José Augusto Lindgren Alves: *Relações internacionais e temas sociais: a década das conferências* (2018).

A diversidade de metodologias e a multiplicidade temática percebidas na produção intelectual do período 1985-2002 não permite configurar “um” pensamento brasileiro em relações internacionais claramente identificado no período, sequer grandes escolas de pensamento, que pudessem caracterizar tendências muito bem definidas. O que se observa é certa continuidade de enfoques com padrões já existentes no período anterior, ou seja, “tipos ideais” ou modelos de abordagem que já tinham sido detectados entre os pioneiros dessa área no Brasil desde os anos 1950 (dentre os quais se destacam certamente Hélio Jaguaribe, José Honório Rodrigues, Celso Lafer, Celso Furtado, além do pensamento sociológico sobre o desenvolvimento brasileiro mais ou menos vinculado aos grandes mestres da Escola Paulista de Sociologia: Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e outros. Esse pensamento deriva, em grande medida, de outros grandes mestres do período formador do

pensamento social brasileiro – vários dos anos 1930, como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre, entre outros –, aos quais podem ser agregados o próprio Celso Furtado, Florestan Fernandes e seus discípulos.

Esse tipo de pensamento implica no reconhecimento conceitual de certa especificidade no subdesenvolvimento brasileiro, como obra do colonialismo e da dominação estrangeira, o que de certa forma se acomoda à tipologia onusiana e cepaliana da distinção fundamental entre centro e periferia, e da “dependência” deste em relação ao primeiro. Essa modelagem analítica, enfatizada continuamente desde os primeiros tempos da Cepal, incorporada não só aos trabalhos acadêmicos os mais diversos, ao longo dos anos 1950 em diante, impregnou não só a pesquisa universitária como o pensamento do Itamaraty, reforçado como “ideologia diplomática” desde os primeiros tempos da Unctad e preservada praticamente intacta nas décadas seguintes. Em outros termos, o tipo de abordagem efetuado no ambiente acadêmico, preservado no discurso econômico oficial, em torno da diferença essencial, uma diferença fundamental, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento – nos primeiros tempos, chamados de “subdesenvolvidos” – percorreu tanto as análises feitas na academia, quanto aquelas conduzidas nos gabinetes da chancelaria brasileira.

Em resumo, a retórica nacional, enquadrada na “ideologia do desenvolvimento” – que atingiu o seu ápice na demanda dos anos 1970 pela “nova ordem econômica internacional” –, constituiu o “pensamento internacional brasileiro” por excelência durante praticamente todo o pós-guerra até muito recentemente: ela constituiu a *communis opinio*, ou seja, a opinião compartilhada no âmbito do Itamaraty e em boa parte da administração brasileira. No plano das relações econômicas internacionais ele se manifestou, por exemplo, na demanda, praticamente uma exigência, de um “tratamento especial e mais favorável” em favor dos países em desenvolvimento, status ao qual seria impensável ao Brasil renunciar, mesmo sob demandas repetidas de “graduação” por parte de parceiros desenvolvidos. Nas versões mais extremadas, essa ideologia derivou para um alegado “terceiro-mundismo”, que certos críticos “de direita” acusavam o Itamaraty de praticar implícita ou explicitamente. Não resta dúvida que a distinção fundamental foi preservada e até ampliada no âmbito da academia, cujos pressupostos de base sempre foram uma diferenciação de interesses, e uma oposição de políticas, entre os países avançados e os ditos “em desenvolvimento”. Tanto isso é verdade que tentativas puramente conceituais, ou experimentais, de “retirar” o Brasil, pelo menos de forma tentativa, dessa condição – como na breve presidência de Collor de Mello –, receberam pesadas críticas por parte da academia e discretamente por parte da diplomacia profissional.

Os anos FHC, que corresponderam, aparentemente, a uma aproximação do Brasil a certas teses propagadas pelo assim chamado “Consenso de Washington” ou às diretivas do Fórum Econômico Mundial, ambos eivados de “neoliberalismo” globalizante, foram objeto de cerradas críticas nos meios acadêmicos, e até de alguma dissensão no próprio Itamaraty. O experimento identificado, ainda que equivocadamente, com essas “teses”, o projeto dos EUA de propor uma ampla área de livre comércio hemisférico – a Alca – foi objeto de intensos trabalhos no seio da academia, como sendo uma espécie de rendição do país à esfera de influência americana no restante do continente. O candidato reiterado das esquerdas à presidência da República, Lula, chegou a proclamar que a intenção americana na Alca, seria, não um projeto de integração, mas um projeto de dominação, o que não deixou de produzir certos tremores no Itamaraty. Independentemente das quase inexistentes consequências práticas desse tipo de debate – uma vez que as posições do Brasil, de grande reticência em relação à Alca, eram em grande medida partilhadas pela comunidade empresarial –, o fato é que a perspectiva em si dessa “ruptura” do Brasil com seu status de economia “periférica” ou “dependente” marcou grande parte da produção acadêmica em relações internacionais nas duas últimas décadas do século XX.

Em resumo, se havia algum “pensamento internacional brasileiro” no terço final do século XX ele guardava ainda nítidas conexões com o mesmo “pensamento” cepaliano e unctadiano dos anos 1950 e 60, que também estava no âmago da “ideologia” do Itamaraty, que sempre foi a do “desenvolvimento autônomo”, uma espécie de Santo Graal do qual o Brasil se aproximou algumas vezes – na “arrancada” do regime militar, por exemplo – e do qual se afastou na voragem das décadas perdidas nas décadas de 1980 e 1990, esta última marcada pelas crises

financeiras que abalaram a retomada do crescimento, depois da estabilização macroeconômica propiciada pelo Plano Real e seus ajustes (1994-1999).

Já se percebia, nesses anos, uma cissura metodológica e conceitual entre linhas mais tradicionais de pensamento, moldadas naquela “ideologia do desenvolvimento”, e novas vertentes mais vinculadas ao pensamento liberal, bem mais presentes no ambiente das faculdades de economia do que nos centros de ciências sociais e humanidades. Tal divisão se confirmou na década, no século e no milênio seguintes, quando novas tendências políticas tomaram posse no Executivo federal e passaram a influenciar o Itamaraty e a redobrar sua força nas academias. Tratou-se, provavelmente, da maior identidade de propósitos e de concepções a unir tanto o exercício da diplomacia quanto o trabalho conceitual conduzido na diplomacia, como nunca antes havia sido visto.

4 A DIPLOMACIA DO SUL GLOBAL E SUA INFLUÊNCIA NA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Desde o final dos anos 1980, e especialmente dos anos 1990 em diante, o trabalho de pesquisa cooperativa entre acadêmicos das mesmas áreas, de interação entre grupos de pesquisa e de amplas facilidades de acesso a material documental e analítico dentro do grande campo de estudos das relações internacionais (em geral e do Brasil) ficou bem mais intenso, e disponível a praticamente todos os pesquisadores do setor, a partir da explosão dos sistemas de informação e de comunicação e da redução de preços e aumento de equipamentos. Todas as revistas, praticamente, foram integradas a bases de dados universitárias ou passaram a ter seu acervo acessível aos interessados, mesmo com algumas restrições vinculadas a empreendimentos comerciais. A modernização dos serviços informáticos por parte das entidades de fomento à pesquisa, a configuração ampliada das plataformas de intercâmbio acadêmico e outros mecanismos de trabalho em rede ampliaram tremendamente o acesso de velhos e novos materiais a estudantes e pesquisadores dos cantos mais recuados do país e dos países mais distantes do mundo. Essa nova realidade contribuiu, tanto quanto a “explosão” dos cursos e centros de pesquisa em âmbito universitário, para o reforço e a ampliação dos estudos e da divulgação dos resultados dessas pesquisas a uma audiência mais larga.

No campo do acesso livre, a modernização da Funag e o novo dinamismo do IPRI permitiram que trabalhos realizados no ambiente da diplomacia profissional passassem a ser imediatamente divulgados ao público-alvo (não só candidatos à carreira, mas pesquisadores experientes igualmente) e se estabelecesse um diálogo realmente fluído entre a academia e a diplomacia. Ademais da *Revista Brasileira de Política Internacional*, que continuou acompanhando a produção relevante nessa área, as demais revistas, a *Contexto Internacional* e a *Política Externa*, deram seguimento a seus movimentos editoriais respectivos, a primeira mais de cunho acadêmico, a segunda mais voltada para um público mais amplo, ao estilo da *Foreign Affairs*. Muitas outras revistas, boletins e publicações diversas surgiram a partir dessa fase, nos mais diferentes formatos e periodicidade, como fruto da organização de núcleos de estudos especializados no ambiente universitário, onde cursos formais de graduação e de pós, assim como extensões vinculadas à área continuaram a se multiplicar de maneira significativa.

No plano dos processos se desenvolvendo no mundo real, os eventos mais marcantes foram, ademais da segunda ou terceira onda de globalização abrindo espaço para a inserção do ex-socialistas a economia mundial e para a incorporação da China nas entidades mais representativas dos mercados competitivos, a chamada unipolaridade geopolítica, por breve período, mas projetando a preeminência indisputável dos Estados Unidos sobre os assuntos do mundo, numa fase em que a Rússia mergulhava em profunda recessão e a China ainda não tinha adquirido seus próprios vetores de poder no comércio ou nos investimentos mundiais. O terrorismo islâmico recrudescu, mas em novas bases, diferentes do anterior, mais vinculado às causas palestinas, nos anos 1960 e 70. Depois do terrível duplo ataque terrorista a Nova York e Washington, em 2001, os EUA, já embarcados num ataque punitivo contra o regime do Talibã, no Afeganistão, passaram a interferir em vários cenários regionais, com destaque para o Oriente Médio, com sua desastrosa invasão do Iraque e a derrubada do seu ditador, Saddam Hussein (provocando repercussões que perduraram nas duas décadas seguintes).

A América Latina conheceu uma virada parcial para a esquerda, depois dos anos de neoliberalismo em alguns países (México e Chile, especialmente). A Venezuela, em 1998, o

Brasil em 2002, a Argentina em 2003, a Bolívia em 2005, diversos outros países, antes ou depois disso, passaram a adotar medidas estatizantes ou social-redistributivas, com profundo impacto na inserção econômica internacional e na política doméstica de cada um dos países. Esse foi o contexto regional no qual os estudos acadêmicos sobre temas internacionais mais se desenvolveram a partir dos anos 2000: já naturalmente inclinada a abordar problemas e questões de um continente supostamente destinado à união política e à integração econômica, a academia embarcou numa “latino-americanidade” ainda mais reforçada do que em décadas anteriores, já que o novo governo inaugurado em janeiro de 2003 trouxe concretude aos projetos já desenhados nos anos 1993-95 de enfatizar as prioridades regionais do Brasil.

No caso do Brasil, a transição política ocorrida em outubro de 2002 trouxe, de fato, enormes mudanças no plano interno e, sobretudo para a política externa e a diplomacia. Se, no capítulo das políticas econômicas domésticas foram preservadas, ao início, as bases do Plano Real introduzido em 1994 e ajustado em 1999, nas relações internacionais os dois mandatos do presidente Lula da Silva trouxeram inovações significativas tanto em termos de temas, como de procedimentos. A bibliografia acumulada a respeito da atuação externa dos dois governos do presidente Lula é enorme, sobretudo no capítulo dos simples artigos de caráter conjuntural e dos ensaios em revistas, até volumes inteiros dedicados às realizações, inclusive por parte dos próprios executores diplomáticos da política, o chanceler e o secretário geral, trabalhando em estreita coordenação com o assessor presidencial em assuntos internacionais, um militante do Partido dos Trabalhadores que permaneceu no cargo durante toda a duração dos três mandatos e meio do PT no poder. Este último não deixou um legado de escritos ou pronunciamentos muito extensos, mas o “braço intelectual” do PT, a Fundação Perseu Abramo, produziu uma enorme quantidade de matérias e editou livros e números especiais de suas publicações com contribuições afinadas com a visão do mundo do partido em temas de relações internacionais.

Esta talvez seja a primeira característica a ser enfatizada na avaliação de um eventual “pensamento petista” em política internacional para o Brasil: o fato de que, pela primeira vez em muitos anos, provavelmente em décadas, ou desde sempre, o decisor máximo em matéria de política externa, o presidente, não era exclusivamente ou diretamente assessorado por um diplomata profissional, e sim passou a receber insumos de militantes partidários e de organizações de pesquisa vinculadas ao próprio partido. No caso específico dos governos do PT, contudo, não se tratou apenas de típicas fundações partidárias e instituições de pesquisa da sociedade civil identificadas com as principais diretrizes política em vigor – como podem existir na tradição partidária europeia ou americana –, mas de instâncias de coordenação política estreitamente vinculadas a um governo estrangeiro, no caso Cuba, principal patrocinadora e controladora do Foro de São Paulo, uma organização reunindo partidos de esquerda da América Latina, na qual o PT exercia um papel de principal protagonista, mas num alinhamento com os interesses do governo cubano.

No plano dos procedimentos ocorreu a incorporação de contribuições ou a participação direta de elementos e quadros não provenientes da diplomacia profissional aos temas e dossiês tratados pela diplomacia oficial, o que redundou em certas alterações de votos em organismos internacionais, ou a assunção de iniciativas que não necessariamente decorreriam dos trabalhos técnicos conduzidos na chancelaria. No plano dos temas também ocorreram diversas mudanças, a começar pela reintrodução da questão da “fome”, que estava ausente das iniciativas brasileiras desde os primeiros trabalhos de Josué de Castro ainda nos anos 1940, em especial sua breve permanência como chefe da delegação do Brasil junto aos organismos internacionais sediados em Genebra, durante o governo Goulart. Foi também concebido um ambicioso, em grande medida realizado, programa de substituição de instâncias de consulta e coordenação regionais influenciadas pelos Estados Unidos no plano hemisférico, mediante a criação de novas entidades exclusivamente regionais: primeiro a Unasul (e os conselhos a ela vinculados), depois a Celac.

No âmbito extraregional, partiu-se do IBAS, foro de consulta entre Índia, Brasil e África do Sul, para novas iniciativas ainda maiores de caráter inter-regional, como as cúpulas entre presidentes da América do Sul e da África e com dirigentes árabes, para finalmente convergir num foro sugerido artificialmente por um economista de banco de investimentos, o BRIC, com Rússia e China, depois acolhendo a África do Sul no BRICS, com o que se tinha três países do

“Sul” acoplados a duas das superpotências mundiais. Todas essas ações, tanto de âmbito regional, quanto no plano global, poderiam ser enquadradas, talvez teoricamente, no que constitui, provavelmente, a principal contribuição dos governos do PT a uma espécie de “pensamento internacional” do lulopetismo: a noção de um “Sul Global”, que foi também chamado de “diplomacia Sul-Sul”, em oposição ao que supostamente seria a orientação Sul-Norte dos governos anteriores (que era, mais exatamente, uma política de caráter ecumênico). Dificilmente essa noção de um “Sul Global” poderia ser alçada à categoria de “pensamento”, o que requereria certa elaboração conceitual e algum desenvolvimento teórico, o que não ocorreu, no plano da diplomacia ou no ambiente acadêmico.

Não obstante, essas diversas iniciativas da diplomacia do presidente Lula foram as que atraíram o maior número de elaborações no âmbito da academia, bem mais no terreno do exame da diplomacia prática do que no campo teórico ou do pensamento estratégico. Dentre as muitas iniciativas de pesquisas, reuniões, interações com representantes dos cinco países e uma profusão de artigos produzidos e publicados em revistas acadêmicas e até periódicos de alcance geral, algumas das mais ousadas até resultaram entidades formais criadas ao abrigo do conceito BRICS ou Sul Global. A despeito do engajamento ativo do governo, de suas entidades para-acadêmicas – ao estilo do Ipea e outras –, de muitas universidades públicas e *think tanks* nessa promoção geral dos dois conceitos não há evidências de que tais ações tenham sido convergentes no sentido de promover qualquer tipo de “pensamento”, no Brasil ou em algum dos demais países. Não existem estudos independentes, tampouco, que possam avaliar a utilidade dessas ações e interações para a promoção dos interesses nacionais do país, em qualquer dimensão que se possa conceber: todas as iniciativas empreendidas poderiam ser feitas ao abrigo das instituições multilaterais existentes ou dos canais bilaterais. Mesmo a existência de um fundo de reservas – que provavelmente jamais será utilizado – e a criação de um “Novo Banco do Desenvolvimento” não representam senão a criação de duas novas entidades burocráticas, uma vez que não existe falta de recursos financeiros no mundo, e sim de bons projetos de desenvolvimento, para captar recursos comerciais ou multilaterais.

Uma outra justificativa “doutrinal” no sentido de sustentar a existência de um suposto “pensamento internacional” conectado a essa diplomacia seria a noção de “não indiferença”, ou seja, o fato de que o Brasil não permaneceria impassível ante problemas e dificuldades enfrentados por países mais pobres, em especial na região latino-americana. Ele foi criado, no entanto, depois de sua suposta materialização prática, no caso das operações de pacificação da situação política no Haiti, quando o Brasil, sob demanda da França e dos Estados Unidos, assumiu o comando da Minustah, mandatada pelo Conselho de Segurança da ONU. Na verdade, essa e outras ações do mesmo gênero, se encaixavam no discurso oficial no sentido de pressionar por uma “democratização das relações internacionais”, com o objetivo de angariar apoios suficientes para a reforma da Carta da ONU e a ampliação do seu CS, com o ingresso do Brasil. Nem essa grande prioridade do governo nem Lula, nem as duas outras, indicadas em seu discurso de posse e reafirmadas diversas vezes – o reforço do Mercosul e a conclusão das negociações comerciais multilaterais da Rodada Doha – foram conduzidas a bom termo, nem tanto por incapacidade diplomática do governo brasileiro, e mais por falta de condições adequadas para sua consecução. Mais adiante, a “não indiferença” cedeu lugar à “responsabilidade ao proteger”, mas sem efeitos concretos, no plano teórico ou prático.

A despeito da ausência de resultados práticos na diplomacia Sul-Sul – outros que não o crescimento do comércio com a China, e sua maior importância nas transações correntes do país, mas sempre por demanda externa, não necessariamente derivada de uma ação política definida estrategicamente –, o entusiasmo com o grande ativismo da diplomacia petista animou uma enorme profusão de textos acadêmicos, a maior parte de validade limitada, cuja listagem excederia as possibilidades práticas deste ensaio. Essa proliferação da produção acadêmica orientada também se explica pela criação de novas universidades – a UNILA, em Foz do Iguaçu, a do ABC paulista, e uma no Nordeste – e o apoio ao fomento acadêmico de forma geral, o que reforçava tendências analíticas e preferências políticas já consolidadas na academia. Grande parte dos trabalhos produzidos tendem a reforçar o lado enaltecido dessa diplomacia, refletindo exatamente os conceitos do discurso oficial, muito bem trabalhados, aliás, pelos próprios promotores do ativismo diplomático.

Na impossibilidade de remeter a um excessivo número de referências acadêmicas tratando dos aspectos positivos ou negativos da diplomacia petista, pode-se indicar duas obras mais abrangentes sobre a política externa de Lula: Alles (2012) e Almeida (2014). O próprio chanceler nos dois mandatos de Lula, um dos diplomatas intelectuais mais preparados do Itamaraty, ofereceu um número significativo de obras de sua própria lavra, ao lado dos discursos preparados por sua assessoria, mas sempre revistos e provavelmente ampliados por ele; elas têm, justamente, o objetivo de oferecer uma *rationale* para todas as ações e iniciativas empreendidas, o que poderia configurar um “pensamento internacional” do lulopetismo diplomático; a questão, contudo, é que elas, ao propor um discurso *pro domo sua*, não oferecem a isenção requerida para sustentar uma avaliação isenta sobre período tão importante da vida internacional do país.

5 RUPTURA POLÍTICA A PARTIR DE 2016-2018: O DESAPARECIMENTO DO PENSAMENTO

A política externa e a diplomacia do período lulopetista – com a possível exceção de alguns episódios ocorridos no seu terço final – haviam encontrado excelente recepção por parte do mundo acadêmico, e até na própria diplomacia profissional. Restrições ocorreram, não apenas nos meios conservadores, como também entre setores do empresariado mais propensos a aceitar uma maior integração do Brasil à economia global e entre diplomatas seniores, geralmente aposentados, que formularam diversas críticas à excessiva partidarização de alguns aspectos da política externa, em especial nas relações com os vizinhos regionais e no tratamento concedido à principal potência hemisférica. No cômputo geral, Lula emergiu de oito anos de governo na condição de grande líder regional e até com pretensões a estadista de porte mundial – o que ele até tentou obter se imiscuindo em dossiês complicados da agenda internacional, como o programa nuclear iraniano e a paz entre Israel e os palestinos. O julgamento sobre sua sucessora foi matizado, mas, de forma geral, o Brasil tinha grande prestígio mundial.

Na fase final do período lulopetista ocorreram mudanças significativas no entorno regional, com a débâcle do regime chavista na Venezuela e o início de uma emigração maciça, não apenas de quadros formados, mas do próprio povo trabalhador. Eleições em diversos países da região levaram ao poder dirigentes não necessariamente afinados com o regime petista, e até algumas instituições criadas no período de maior prestígio, como a Unasul, começaram a se ressentir de distorções no seu funcionamento. Finalmente, uma grande crise econômica interna, causada, não por uma suposta crise internacional, como alegado pelos defensores do último governo petista, mas por erros crassos de políticas macroeconômicas e setoriais, levou o Brasil a uma recessão jamais vista em sua história, ainda maior do que aquela resultante da quebra da bolsa de Nova York em 1929. Manifestações de rua contra o governo surgiram de forma inédita, o que não se esperava de um governo que praticamente controlava os movimentos sociais.

O acúmulo de tensões no mundo político, com a emergência de protestos mobilizando a classe média – escandalizada pelo ambiente de corrupção revelado por investigações policiais e judiciárias –, precipitou um choque entre lideranças partidárias e daí o recurso ao velho “remédio” do presidencialismo brasileiro, cada vez que surge algum motivo de discórdia entre o Executivo e o Congresso: o impeachment. Motivos de tensão entre os dois poderes não tocavam em nenhum aspecto da política externa, tratando apenas da situação calamitosa na frente econômica – com aumento da inflação, desemprego e desarranjo das contas públicas –, mas as consequências da aplicação do impeachment, desde o afastamento inicial até a conclusão do processo, teriam efeitos sobre as grandes orientações de política externa e no plano específico da diplomacia. A assunção de lideranças centristas ao topo do Executivo significou, do ponto de vista da diplomacia, um retorno aos padrões mais tradicionais de trabalho do Itamaraty.

Não mudou muito a postura geral da academia quanto ao julgamento que se fazia, antes e durante os governos petistas, a respeito da política externa “tradicional”, que seria, nas avaliações mais vulgares, alinhada com os países “hegemônicos”, em especial afinada com Washington, e distante das preocupações centrais dos ideólogos do partido: os famosos “espaços para políticas nacionais de desenvolvimento”. Não faltou quem acusasse os chanceleres tucanos de pretenderem retomar o projeto americano de uma zona de livre comércio hemisférica, o que nunca correspondeu à realidade. Do ponto de vista de um “pensamento internacional brasileiro”, é certo que o governo do presidente Temer se distanciou da retórica

triumfalista do PT, e convergiu seus discursos e entrevistas para o padrão itamaratiano conhecido, de que é prova o livro com todos os seus pronunciamentos publicado pela Funag ao final do seu governo (2018), feito de textos provavelmente elaborados por diplomatas à razão de 95% dos argumentos.

De resto, em meio a duras medidas de ajuste fiscal e a denúncias de corrupção no próprio governo, não houve tempo para qualquer debate, na academia ou na mídia da primeira linha – grandes jornais das capitais mais importantes –, sobre o conteúdo ou as prioridades da política externa do governo de transição. Petistas e acadêmicos alinhados se empenharam em denunciar o “desmonte” da política externa “ativa e altiva” dos governos do PT, que já não era nem muito ativa, nem altiva sob a condução de uma presidente que detestava o Itamaraty e que atuou em detrimento de compromissos do país no terreno do direito internacional – na tomada da Crimeia pela Rússia, por exemplo – ou dos instrumentos do Mercosul, ao desrespeitar o Protocolo de Ushuaia para suspender o Paraguai do bloco e fazer a Venezuela aderir ilegalmente, sem reunir as condições para tal. Aliás, uma das poucas iniciativas do governo Temer em matéria de política externa foi a suspensão da Venezuela do Mercosul, quando já era patente que o país andino-caribenho não tinha a menor condição de cumprir com os requisitos de política comercial e plena incorporação da Tarifa Externa Comum. Por outro lado, se decidiu também, junto a Argentina, suspender as contribuições à Unasul, que se tinha tornado menos um mecanismo de integração e mais de dissensão entre seus membros.

Nada disso, obviamente, conforma um “pensamento internacional” articulado por parte do governo, assim como nada havia de novo do ponto de vista da oposição, que tinha como seu porta-voz habitual, inclusive nas campanhas internacionais contra o “golpe do impeachment”, o ex-chanceler do presidente Lula. O ambiente internacional, de resto, se apresentava de forma extremamente confusa, devido às críticas sistemáticas do presidente Trump às principais instituições internacionais, inclusive às próprias criações dos EUA no pós-Guerra, Gatt-OMC, OTAN e agências da ONU em geral. No plano regional, o ambiente era igualmente confuso, devido a crises políticas em diversos países e ao recrudescimento do movimento migratório latino para os Estados Unidos.

Foi, portanto, num ambiente político e econômico bastante confuso, no contexto externo e sobretudo interno, que o Brasil se aproximou de um processo eleitoral inédito para os padrões anteriores de campanhas presidenciais e de candidatos. O presidente Lula esteve preso durante boa parte do período, impedido de se apresentar às eleições, por manobras judiciais ou pressões das FFAA, o que polarizou ainda mais as escolhas, logo circunscritas ao polo petista e ao antipetista, encarnada por um deputado do baixo clero, declaradamente de extrema-direita, mas vocalizando algumas das demandas mais repetidas por parte do eleitorado médio, preocupado com a recessão e com a corrupção. Nenhum tema de política externa foi realmente debatido de forma séria, a não ser as invectivas já conhecidas da extrema-direita contra o comunismo, o Foro de S. Paulo e o terrorismo islâmico. O próprio candidato da extrema-direita não participou da campanha presidencial, mas não deixou de veicular sua adesão ao presidente Trump, sua rejeição a qualquer política ambiental, sua desconfiança da China e sua identificação com outros líderes políticos de direita em diversas partes do mundo. Era patente seu despreparo completo para o cargo, mas isso não esteve em nenhum momento em causa nos agitados meses de 2018, inclusive por causa do atentado que ele sofreu no mês de setembro.

Não é o caso de refazer neste espaço os inúmeros elementos factuais e retóricos da verdadeira ruptura ocorrida na política e na cultura governamental brasileira com a eleição e a posse de um governante ele mesmo em ruptura com padrões mínimos de comportamento e postura presidenciais, inclusive e principalmente no foco de que se ocupa este ensaio: a política externa e a diplomacia brasileira, em suas conexões com um “pensamento internacional brasileiro”. Muito da bibliografia acumulada no período recente para tentar explicar o verdadeiro “terremoto político” vivenciado desde 2018 pelo Brasil e pelos brasileiros está, justamente, sinalizado por conceitos e títulos como autoritarismo (SCHWARCZ, 2019), fascismo (DORIA, 2020), máquina do ódio (MELLO, 2020), guerra cultural e retórica do ódio (CASTRO ROCHA, 2021) e tempestade ideológica (PRADO, 2021), ou até, na produção estrangeira, por guerra pela eternidade (TEITELBAUM, 2020).

Pouco, no entanto, se escreveu ou se discutiu sobre os temas da política externa e de diplomacia a ele afetos, com algumas exceções pouco repercutidas (ALMEIDA, 2019; 2021). Não interessa, contudo, repercutir toda a retórica atizada pelo imenso combate ideológico, e político, travado no Brasil, desde 2018, em torno do novo governo e seu trabalho de governança (se ele por acaso existe, o que é duvidoso). O debate em torno de algum “pensamento” que passou a animar a atuação do governo inaugurado em janeiro de 2019, em matéria de política externa e de diplomacia, não pode partir de nenhum texto base, de alguma declaração de política – *statement of policy* –, ou de discurso anunciador das principais diretrizes nesse terreno, uma vez que tais pronunciamentos simplesmente não existem. Nunca houve uma exposição clara das “ideias” do governo no discurso inaugural em 1º de janeiro de 2019, em alguma mensagem ao Congresso ou em outra declaração formal do chefe de Estado, como tampouco houve tal exposição sistemática das políticas e prioridades na área externa no discurso inaugural do chanceler, em 2 de janeiro, ou em qualquer ocasião posterior.

O que existe, num terreno vagamente aparentado a alguma definição de “ideias” é um artigo preliminar daquele que seria finalmente escolhido como chanceler do governo eleito (ARAÚJO, 2017), e que provavelmente serviu de trampolim para a sua escolha, em estreito contato com aquele pensador expatriado que passou, durante algum tempo, como o guru filosófico e político da tropa presidencial, Olavo de Carvalho. O artigo, porém, só foi publicado por se tratar de contribuição corporativa, pois jamais poderia ter sido aceito por qualquer revista acadêmica digna desse nome, por não dispor dos requisitos mínimos que se esperam de um *scholarly work*, misturando vagas ideias filosóficas com invocações de cunho religioso e uma estranha, até mesmo bizarra, devoção ao então presidente americano, que seria o “salvador do Ocidente”. Uma análise tentativa desse confuso artigo, se a classificação se aplica, foi feita em capítulo pertinente de Almeida (2019); mas não é o caso de voltar à questão para o foco deste ensaio, pois nada haveria a retirar do ajuntamento de ideias estapafúrdias do chanceler acidental, que aliás continuaram em duas coletâneas posteriores (ARAÚJO, 2019; 2020).

O fato é que não se está, nunca se esteve, em face de uma exposição clara sobre os fundamentos de algum “pensamento” que pudesse orientar o trabalho da diplomacia profissional brasileira no tratamento das grandes questões da política externa nacional vis-à-vis a agenda da política internacional. Enquanto durou o “reinado” de dois anos e três meses do chanceler acidental o que se teve, em lugar de algum tipo de *statement of policy*, foram invectivas contra o multilateralismo e o fantasma do globalismo, contra o marxismo e o comunismo como ameaças concretas às liberdades no Brasil, contra quaisquer políticas vinculadas às “ideologias” de gênero, do “climatismo”, aos desvios do “comercialismo” e até de algo identificado a um suposto “tecnototalitarismo”, que seria representado pela República Popular da China, estigmatizada e hostilizada ao logo do período, não só pelo chanceler, como especialmente por membros da família do presidente e medíocres assessores internacionais. Todas as “ideias” surrealistas expostas por esses personagens – inclusive pelo suposto guru filosófico, que só se exprimia, durante toda essa gestão, antes e depois dela, por vídeos e postagens nas redes sociais – não conformam, nunca conformaram, e possuem poucas chances de conformar, um “pensamento” estruturado que possa ser debatido ao mesmo título que as ideias e posturas que sustentaram, desde 1985, os diferentes governos que se sucederam até 2018 em suas declarações e ações no terreno da política externa.

Não existe rigorosamente nada que possua qualquer coerência explicativa ou argumento expositivo nas ações e omissões do governo Bolsonaro em matéria de política externa e de diplomacia, nem seu chanceler acidental, de janeiro de 2019 a março de 2021, conseguiu expressar qualquer ideia que fizesse sentido ou possuísse alguma linha de continuidade com a longa tradição da diplomacia profissional no tratamento da agenda externa do país. Busque-se nos dois volumes de textos, discursos e entrevistas que o próprio chanceler acidental mandou publicar pela Funag, em 2019 e em 2019, alguma exposição clara sobre os fundamentos, ou o “pensamento” da política externa brasileira, e não se encontrará nada que mereça uma análise ponderada, dentro dos parâmetros aqui estabelecidos para a abordagem de algum “pensamento. Para testar o caráter bizarro do que se assistiu, até o presente momento, em matéria de declarações formais por parte do chefe de Estado no campo da política externa, pode-se comparar os seus três discursos, realizados em 2019, em 2020 e 2021, na abertura dos debates

gerais da Assembleia das Nações Unidas com a coletânea desses pronunciamentos realizados pelos representantes do Brasil no mesmo foro desde 1946 (SEIXAS CORRÊA, 2012). Ou, no caso do patético chanceler, pode-se consultar, no mesmo volume de discursos na ONU, aqueles que foram pronunciados por diversos chanceleres brasileiros, adicionalmente aos discursos que os chanceleres fizeram, desde 1952, na Escola Superior de Guerra (MOREIRA LIMA; SOUZA FARIAS, 2018).

O término da gestão do primeiro chanceler à frente do Itamaraty, em março de 2021, ofereceu, sem dúvida, um alívio temporário aos constrangimentos que os diplomatas profissionais vinham enfrentado, no país e no exterior, com a explícita condição de “pária” que ele próprio admitiu para o Brasil, em 2020. Mas não resolveu a questão de saber se existe um pensamento estruturado a fundamentar as posições da diplomacia brasileira e da política externa no enfrentamento das muitas questões da agenda internacional. O discurso do segundo chanceler, na sua tomada de posse, em 6 de abril de 2021, foi técnico, cobrindo apenas as prioridades de ordem prática que caberia tratar naquele início de gestão, consistindo de três questões, todas elas classificadas como urgentes – “a urgência no campo da saúde [o combate à pandemia da Covid-19], a urgência da economia [o ambiente ainda recessivo] e a urgência do desenvolvimento sustentável” [a inversão da catastrófica ação do governo no campo do meio ambiente] –, mas ele evitou expor claramente quais seriam suas diretrizes e prioridades em matéria de política externa, talvez porque o presidente não as tem.

Não existe, portanto, nenhum pensamento estruturado que se possa debater como representativo do que seria a política externa do governo Bolsonaro. O que, no lugar disso, se poderia, sim, apresentar seria um primeiro esforço de reação e de resistência ao lamentável estado de coisas presente nesse terreno, tal como expresso no chamado “manifesto dos chanceleres”, texto que resultou de evento realizado na Universidade de Harvard, em final de abril de 2020, depois transformado em declaração assinada por outros ex-ministros e publicado sob a forma de artigo, chamado de “A reconstrução da política externa brasileira”, nos principais jornais brasileiros em 8 de maio.

A chamada do texto expressava claramente a revolta dos ex-chanceleres e ex-ministros de governos anteriores com a situação da política externa e da diplomacia, em especial sua subordinação explícita aos interesses de uma potência estrangeira, no caso, à postura pessoal do presidente Trump: “Atual orientação transgride a Constituição Federal e impõe ao País custos de difícil reparação.” Os ministros, em síntese, afirmavam que a postura diplomática do governo não apenas se configurava como anticonstitucional – relativamente aos princípios que orientam as relações internacionais do país, inscritos no Artigo 4º. da CF-1988 –, assim como também causava prejuízos concretos ao Brasil, direta e indiretamente. Diversos exemplos foram citados pelos ministros, a partir justamente do “desmoronamento da credibilidade externa”, o que redundava em “perdas de mercados e fuga de investimentos”. O exemplo mais gritante era o desmatamento e as queimadas na Amazônia, que podiam resultar no cancelamento de acordos já contraídos (como aquele concluído pelo Mercosul com a União Europeia em junho de 2019) ou o repúdio de aquisições de produtos brasileiros de alguma forma vinculados ao meio ambiente.

6 TENDÊNCIAS ATUAIS E PERSPECTIVAS PARA O PENSAMENTO INTERNACIONAL DO BRASIL

Tratou-se aqui da longa trajetória de construção de um, se o termo se aplica, “pensamento internacional brasileiro”, ou seja, a lenta acumulação de conceitos e de posturas que foram moldando a ação internacional do Brasil e fornecendo, com isso, manancial teórico e prático para o trabalho de elaboração de exposições, análises e sínteses explicativas no seio da academia, uma pequena parte da qual foi aqui listada (com uma relação mais completa nos anexos cronológicos e bibliográficos a este ensaio). Não é certo que o conceito de “pensamento brasileiro” apresentaria estrita continuidade institucional, tantas foram as mudanças de regime e os sobressaltos das orientações diplomáticas do país; é certo, porém, que, mais provavelmente do que em outras esferas de atuação governamental, a política externa e sua diplomacia, como comumente se reconhece, apresentam mais continuidades do que descontinuidades ao longo da história nacional.

Dentre essas continuidades, a que provavelmente mais distingue o tronco principal da política externa do país, e certamente a de sua diplomacia, é a busca de autonomia, em face das

grandes potências, seguida de uma convivência cooperativa com os vizinhos fronteiriços. Esta última característica é provavelmente um legado intelectual do “avô da diplomacia brasileira”, o diplomata português nascido em Santos, Alexandre de Gusmão que, no Tratado de Madri (1750) que ele principalmente negociou, inseriu dispositivo estabelecendo a paz entre as colônias dos confins da América do Sul, mesmo se as metrópoles ibéricas por acaso entrassem em guerra. Na Independência, depois de resolvida a questão do reconhecimento do novo Estado, a diplomacia foi primeiro chamada a resolver problemas herdados da política exterior lusitana, como a ocupação da Cisplatina – aliás, incorporada constitucionalmente à soberania do Império – e, também, os dossiês do tráfico e da escravidão, ambos sob intensa pressão britânica para uma solução indicada pela grande potência da época.

Durante todo o Império e na República, a diplomacia foi confirmando alguns de seus fundamentos basilares, como uma adesão inquestionável ao direito internacional (o que correspondia a um país sem grandes recursos de poder), o não recurso à força para a resolução de disputas entre Estados e o respeito à não ingerência e à não intervenção nos assuntos internos de outros países, mesmo se o próprio Império, bem menos na República, mantinha um olho vigilante para os equilíbrios que se haveria de manter no Prata, em algumas ocasiões descambiando para episódios militares. No período atual, os princípios de atuação do país no plano externo estão codificados no Artigo 4º da Constituição de 1988, sobre cláusulas de relações internacionais, que preservam aqueles princípios antes mencionados, agregando outros, como o repúdio ao terrorismo e a observância dos direitos humanos. Cabe registrar, portanto, essa convergência teórica e prática entre pensamento e ação, entre os fundamentos da política externa e a atuação da sua diplomacia, o que de certa forma moldou igualmente a elaboração conceitual – de caráter historiográfico ou no campo da ciência política – que se processou a partir dos estudiosos da temática internacional e, modernamente, dos profissionais da academia.

Muitos rótulos, ou slogans, foram traçados, ou usados, ao longo do tempo, para caracterizar certos momentos da diplomacia e certas inclinações da política externa, desde a manutenção de certo equilíbrio pendular entre algumas grandes potências, fases de maior alinhamento, afirmação de uma “política externa independente” e, de maneira mais afirmada, o chamado pragmatismo responsável, ou a orientação “ecumênica”, da diplomacia. A capacidade de projeção internacional do Brasil foi sendo ampliada, ao longo do tempo, *pari passu* o desenvolvimento da economia nacional, a solução de alguns graves desequilíbrios financeiros ou desafios sociais e uma inquestionável propensão a estar presente em todos os foros abertos ao engenho e arte da diplomacia, mesmo se o poder decisório continuasse bastante limitado, em função dos chamados “excedentes de poder”, que sempre foram reduzidos, no plano estratégico e militar.

O desenvolvimento do moderno multilateralismo – para o qual a contribuição do Brasil foi relevante – fortaleceu a capacidade de atuação em alguns desses foros. Nos terrenos da diplomacia comercial e ambiental, por exemplo, o Brasil ganhou projeção e conquistou posições de influência, graças ao ativismo de seus diplomatas e o equilíbrio de posições, sempre disposto a ser uma espécie de mediador em difíceis negociações confrontando interesses de países avançados – muitas vezes arrogantes – e as demandas de países em desenvolvimento, entre os quais invariavelmente ele se colocou, talvez até de maneira oportunista, em vista de outros ativos no seu perfil de desenvolvimento.

Não se tem notícia, em qualquer época anterior, de um governo, como esse inaugurado em 2019, que tenha colocado o Brasil numa posição tão subserviente em relação a uma grande potência – mais especificamente, em relação a um dirigente estrangeiro –, a ponto de concretizar um alinhamento que jamais existiu em qualquer momento da Guerra Fria, por exemplo. Também não se tem notícia de outra situação na qual um acordo solenemente firmado entre partes soberanas – ainda que não exclusivamente o Brasil –, como é o acordo entre o Mercosul e a União Europeia, tenha ficado em suspenso por uma “inadimplência” constatada por parte do governo brasileiro, como parece ser o caso da política ambiental brasileira sob Bolsonaro.

Trata-se de aspectos absolutamente inéditos na história da diplomacia brasileira, o que colocou em xeque a nossa alegada capacidade de fazer alianças e de sustentar posições negociadoras compatíveis com nossos interesses nacionais – ou os do bloco do Mercosul –, confirmando a hipótese da condição de pária no sistema internacional (e até regional). No

passado, a academia forjou conceitos para definir a posição do Brasil no sistema de relações internacionais, identificando, por exemplo, nosso *status* diplomático sob o regime militar como sendo a busca de “autonomia pelo distanciamento”, condição que teria sido substituída, na redemocratização, pela “autonomia pela participação”. No momento em que se conclui este ensaio, o que se constata é que não existe nem uma nem outra, no cenário aberto ao Brasil no sistema internacional, e sim um isolamento construído a partir de dentro, por ações e omissões do próprio governo. Não se trata apenas de ausência completa de governança diplomática por parte do dirigente máximo do país, mas uma lacuna inédita no próprio “pensamento” da diplomacia brasileira.

Por ser absolutamente inédita na história da política externa nacional, tal situação de ausência de diretrizes para a ação nas diversas frentes de atuação – bilateral, regional e multilateral – e de uma orientação segura e coerente para guiar o trabalho dos diplomatas não perdurará num próximo governo, mas exigirá, da parte dos diplomatas e dos estadistas da nação – se por acaso eles existem – uma completa revisão dos modos de inserção do Brasil no contexto regional e no cenário internacional. Imagina-se que os diplomatas sejam capazes de formular as bases do “pensamento internacional” do Brasil, mas muito depende também, da recomposição dos grandes eixos da política nacional, atualmente esgarçados numa espécie de anomia partidária e entropia política. Pode-se, em todo caso, concluir este ensaio recorrendo às palavras também conclusivas do embaixador Rubens Ricupero em seu livro sobre contribuição da diplomacia para a construção da nação, obra publicada, relembre-se, quase dois anos antes do absoluto afundamento da política externa e da diplomacia nacional, a partir de 2019:

Para o Brasil, esta é a hora do domínio das trevas. O Brasil nos dói, faz sofrer nosso coração de brasileiros. Também em nosso caso, a primeira atitude terá de ser a vergonha das coisas presentes como condição para despertar o espírito da nação. Reformar e purificar as instituições políticas, reaprender a crescer para poder suprimir a miséria e reduzir a desigualdade e a injustiça, integrar os excluídos, humanizar a vida social. Ao longo de todo este livro, tentou-se jamais separar a narrativa da evolução da política externa da História com maiúscula, envolvente e global, política, social, econômica. A diplomacia em geral fez sua parte e até não se saiu mal em comparação a alguns outros setores. Chegou-se, porém, ao ponto extremo em que não mais é possível que um setor possa continuar a construir, se outros elementos mais poderosos, como o sistema político, comprazem-se em demolir. A partir de agora, mais ainda que no passado, a construção do Brasil terá de ser integral, e a contribuição da diplomacia na edificação dependerá da regeneração do todo. (RICUPERO, 2017, p. 738-739).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLES, L. M. *A política externa do governo Lula: da não intervenção a não indiferença*. Curitiba: Appris, 2012.
- ALMEIDA, P. R. *Apogeu e demolição da política externa: itinerários da diplomacia brasileira*. Curitiba: Appris, 2021.
- _____. *Miséria da diplomacia: a destruição da inteligência no Itamaraty*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/6e2800_3e88aadf851b4b2ba4b54c6707fd9086.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2022.
- _____. *Nunca Antes na diplomacia...: a política externa brasileira em tempos não convencionais*. Curitiba: Appris, 2014.
- _____. Introdução metodológica. In: PIMENTEL, J. V. (Org.). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1964)*. Brasília: Funag, 2013. p. 15-38. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/loc_pdf/18/12/>

- pensamento_diplomatico_brasileiro:_formuladores_e_agentes_da_politica_externa_-_volume_i>. Acesso em: 25 dez. 2013.
- ALTEMANI, H. O.; LESSA, A. C. (Org.). *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006. 2 v.
- ALVES, José Augusto Lindgren. *Relações internacionais e temas sociais: a década das conferências*. 2. ed. Brasília: Funag, 2018.
- ARAÚJO, E. *Política externa: soberania, democracia e liberdade: coletânea de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores*. Brasília: Funag, 2020. Disponível em: <<https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1137>>. Acesso em: 16 jan. 2022.
- _____. *A nova política externa brasileira: seleção de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores*. Brasília: Funag, 2019. Disponível em: <<https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1057>>. Acesso em: 16 jan. 2022.
- _____. Trump e o Ocidente. *Cadernos de Política Exterior*: publicação do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Brasília, ano 3, n. 6, p. 323-353, 2º sem. 2017. Disponível em: <<https://funag.gov.br/loja/download/CADERNOS-DO-IPRI-N-6.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2022.
- ARAÚJO, J. H. P. Oswaldo Aranha e a diplomacia. In: CAMARGO, A.; ARAÚJO, J. H. P.; SIMONSEN, M. H. *Oswaldo Aranha: a estrela da revolução*. São Paulo: Mandarim, 1996. p. 105-382.
- BARBOSA, R. *Os conceitos modernos do direito internacional*. Texto original em castelhano. Tradução, notas, apêndice e introdução de Sérgio Pachá. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983.
- CARDIM, C. H. Roberto Campos na UnB: um passo para a abertura. In: ALMEIDA, P. R. (Org.). *O Homem Que Pensou o Brasil: trajetória intelectual de Roberto Campos*. Curitiba: Appris, 2017. p. 143-157.
- _____. *A Raiz das Coisas: Rui Barbosa, o Brasil no Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CASTRO ROCHA, J. C. *Guerra Cultural e Retórica do Ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Caminhos, 2021.
- CERVO, A. L.; BUENO, C. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 1992 e diversas edições sucessivas.
- DORIA, P. *Fascismo à brasileira: Como o integralismo, maior movimento de extrema-direita da história do país, se formou e o que ele ilumina sobre o bolsonarismo*. São Paulo: Ed. Planeta, 2020.
- FONSECA Jr., G. *A diplomacia multilateral do Brasil: constantes e variações, 1889-2010*. Porto Alegre: Ed. Leitura XXI, 2015.
- _____. *Apontamentos para o estudo da diplomacia multilateral do Brasil: momentos fundadores e temas políticos nas Nações Unidas*. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- _____. Francisco Clementino San Tiago Dantas: o conflito Leste-Oeste e os limites do argumento racional. In: PIMENTEL, J. V. (Org.). *Pensamento Diplomático Brasileiro: Formuladores e agentes da política externa (1750-1964)*. Brasília: FUNAG, 2013. 3º. v., p. 985-1025.
- _____. Os colóquios da Casa das Pedras: argumentos da diplomacia de San Tiago Dantas. In: DANTAS, San Tiago. *Política externa independente*. 2. ed. atualizada (ed. original de 1962). Brasília: Funag, 2011a. p. 303-347. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-877-politica_externa_independente>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- _____. *Diplomacia e academia: um estudo sobre as análises acadêmicas sobre a política externa brasileira na década de 70 e sobre as relações entre o Itamaraty e a comunidade acadêmica (1981)*. Brasília: Funag, 2011b. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-450-diplomacia_e_academia_um_estudo_sobre_analises_academicas_sobre_a_politica_externa_brasileira_na_decada_de_70_e_sobre_as_relacoes_entre_o_itamaraty_e_a_comunidade_academica>. Acesso em: 17 jan. 2022.

- FRANCO, A. C. *Documentos da Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Funag, 2007. 2 v.
- GALINDO, G. R. B. *Direito Internacional no Brasil: pensamento e tradição*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021. 2 v.
- GUIMARÃES, S. P. Afonso Arinos de Mello Franco: atualidade e paradoxo. In: PIMENTEL, J. V. (Org.). *Pensamento Diplomático Brasileiro: Formuladores e agentes da política externa (1750-1964)*. Brasília: FUNAG, 2013. 3º. v., p. 941-982.
- HILTON, S. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.
- JAGUARIBE, H. *Estudos filosóficos e políticos*. Brasília: Funag, 2013. 3 v. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/5-5-visoes_da_obra_de_helio_jaguaribe_tres_volumes_>. Acesso em: 16 jan. 2022.
- LAFER, C. *Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira: pensamento e ação*. Brasília: Funag, 2018. 2 v. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/17-455-relacoes_internacionais_politica_externa_e_diplomacia_brasileira_pensamento_e_acao_volume_i>. Acesso em: 16 jan. 2022.
- PIMENTEL, J. V. (Org.). *Pensamento Diplomático Brasileiro: Formuladores e agentes da política externa (1750-1964)*. Brasília: Funag, 2013. 3 v. Disponível em: <<https://funag.gov.br/biblioteca-nova/todos/0?busca=Pensamento%20Diplom%C3%A1tico%20Brasileiro&filtro=1&ord=1>>. Acesso em: 17 jan. 2022.
- MELLO, P. C. *A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre Fake News e violência digital*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- MOREIRA LIMA, S. E.; SOUZA FARIAS, R. (Org.). *A palavra dos chanceleres na Escola Superior de Guerra (1952-2012)*. Brasília: Funag, 2018. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-257-palavra_dos_chanceleres_na_escola_superior_de_guerra_1952_2012_a>. Acesso em: 16 jan. 2021.
- RICUPERO, R. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal, 2017.
- SCHWARCZ, L. M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SEIXAS CORRÊA, L. F. *O Brasil nas Nações Unidas (1946-2011)*. Brasília: Funag, 2012. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/loc_pdf/466/1/brasil_nas_nacoes_unidas_1946-2011_o>. Acesso em: 16 fev. 2022.
- TEITELBAUM, B. *War for Eternity: Inside Bannon's Far-Right Circle of Global Power Brokers*. Nova York: Dey Street Books, 2020.
- TEMER, M. *O Brasil no mundo: abertura e responsabilidade. Escritos de diplomacia presidencial (2016-2018)*. Brasília: Funag, 2018.

Recebido em janeiro de 2022.

Aprovado em agosto de 2022.